

23 de setembro de 2020

Contas Nacionais (Base 2016)
2018 (final) e 2019 (provisório)

Resultados anuais finais para 2018 e provisórios para 2019

O PIB fixou-se em 213 301 milhões de euros em 2019, o que correspondeu a um aumento de 4,0% em valor (4,7% em 2018), traduzindo um crescimento de 2,2% em volume (2,8% em 2018) e um deflator implícito de 1,7% (1,8% em 2018). O crescimento real da economia foi determinado principalmente pelos contributos (medidos em termos líquidos de Importações) da Despesa de Consumo Final das Famílias e das Exportações, com contributos de 0,8 pontos percentuais (p.p.) cada.

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) cresceu 4,1% em 2019 (4,6% no ano anterior). A taxa de poupança das famílias foi de 7,2% em 2019, 0,2 p.p. superior a 2018. A capacidade de financiamento da economia fixou-se em 1,0% do PIB em 2019, menos 0,2 p.p. que no ano anterior.

Neste destaque são divulgados os resultados finais de 2018 e provisórios de 2019 das Contas Nacionais Portuguesas. A compilação da versão final das Contas Nacionais baseia-se em fontes de informação de natureza mais sólida e completa que as versões anteriormente divulgadas, e caracteriza-se pelo elevado grau de detalhe, quer ao nível da compilação e tratamento da informação de base, quer em termos do quadro geral de equilíbrio entre oferta e procura de bens e serviços (127 ramos de atividade económica X 433 produtos), a preços correntes e a preços do ano anterior, que lhe está subjacente.

Os resultados provisórios de 2019, devido fundamentalmente à impossibilidade de utilização plena da Informação Empresarial Simplificada (IES), cujo prazo de entrega foi prolongado até 15 de Setembro, baseiam-se em informação mais incompleta que o habitual. Estes resultados refletem, além dos impactos diretos decorrentes da integração dos resultados finais de 2018, informação atualizada para o setor das Administrações Públicas e comércio internacional de bens e serviços, os dados parciais já disponíveis da IES, complementados com outras fontes administrativas, nomeadamente a Declaração Mensal de Remunerações, E-fatura e Modelo 22 do IRC.

Como habitualmente, a nova informação anual é incorporada nas Contas Nacionais Trimestrais, determinando a revisão dos resultados trimestrais em 2018 e 2019 e para os trimestres subsequentes.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais.

I – Principais resultados para 2018 e 2019

O PIB nominal estimado para 2019 foi de 213 301 milhões de euros, aumentando 4,0% (4,7% em 2018). Esta variação traduz um crescimento de 2,2% em volume (2,8% no ano anterior) e um deflator implícito de 1,7% (1,8% em 2018).

A Despesa de Consumo Final das Famílias e as Exportações, com contributos¹ de 0,8 p.p. cada (1,1 p.p. em 2018), foram responsáveis por quase 75% do crescimento real do PIB em 2019. O Investimento contribuiu com 0,5 p.p. (0,7 p.p. no ano anterior) e a Despesa de Consumo das Administrações Públicas com 0,1 p.p..

O abrandamento em 2019, foi comum a todos os agregados da despesa apresentados, com exceção das importações de serviços, que aceleraram de 5,6% para 8% em volume e da Despesa de Consumo Final das AP, que acelerou 0,1 p.p..

Quadro 1 – Produto Interno Bruto e principais componentes – ótica da despesa

	Valor (10 ⁶ €)		Variação em valor (%)		Variação em volume (%)	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Despesa de consumo final residentes	166 706	172 289	4,1	3,3	2,2	2,1
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)	131 871	136 281	4,2	3,3	2,6	2,4
Despesa de consumo final das AP (2)	34 834	36 008	3,4	3,4	0,6	0,7
Formação bruta de capital	37 529	40 524	11,2	8,0	7,9	5,4
da qual: Formação bruta de capital fixo	35 953	38 839	9,3	8,0	6,2	5,4
Exportações de bens e serviços	89 144	92 798	6,5	4,1	4,1	3,5
Exportação de bens (FOB) (3)	60 683	62 691	5,5	3,3	3,4	3,3
Exportação de serviços	28 461	30 107	8,6	5,8	5,8	4,0
Importações de bens e serviços	88 194	92 310	7,9	4,7	5,0	4,7
Importação de bens (FOB) (3)	73 963	76 635	7,9	3,6	4,8	4,0
Importações de serviços	14 231	15 675	7,7	10,1	5,6	8,0
Contributos, líquidos de importações, para a variação do PIB						
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)			1,8	1,4	1,1	0,8
Despesa de consumo final das AP (2)			0,5	0,5	0,1	0,1
Formação bruta de capital			1,0	0,9	0,7	0,5
Exportações de bens e serviços			1,4	1,1	1,1	0,8
Produto Interno Bruto a preços de mercado	205 184	213 301	4,7	4,0	2,8	2,2

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas (3) FOB – “Free on Board”.

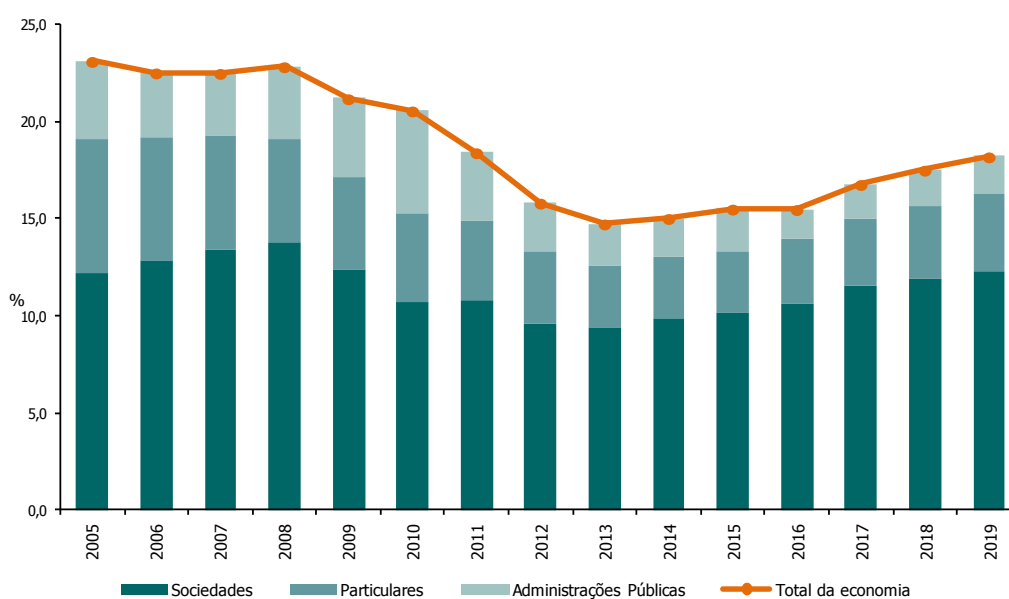
O Investimento apresentou o maior abrandamento (2,5 p.p.), fixando-se a taxa de variação real em 5,4% em 2019. As Exportações aumentaram 3,5% em 2019 (4,1% no ano anterior), refletindo sobretudo a evolução dos serviços, que abrandou 1,8 p.p. em 2019, para uma variação de 4,0% (3,3% nos bens). As importações de bens e serviços cresceram 4,7% em volume em 2019, o que traduz um ligeiro abrandamento (0,3 p.p.) face a 2018. A esta variação esteve subjacente um comportamento diferenciado, com a componente de bens a desacelerar 0,8 p.p., para 4,0% em 2019 e os serviços a crescerem 8,0% (5,6% em 2018). A Despesa de Consumo Final de Residentes aumento 2,1% em 2019 (2,2% no ano anterior), tendo a Despesa de Consumo Final das AP acelerado de 0,6% para 0,7% em 2019 e a componente das Famílias abrandado 0,2 p.p. em 2019, para 2,4%.

¹ Os contributos para o crescimento do PIB apresentados correspondem a contributos líquidos de importações calculados com base no sistema de matrizes [Input-Output](#), compilado para 2017.

A taxa de investimento da economia, medida pelo rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o PIB, atingiu 18,2% em 2019, mais 0,7 p.p. que no ano anterior, traduzindo crescimentos de 8,0% da FBCF e 4,0% do PIB.

O crescimento da FBCF total em 2018 e 2019 foi influenciado fundamentalmente pela FBCF das Sociedades, com contributos de 5,7 p.p. e 5,2 p.p., respetivamente. As taxas de investimento dos setores das Sociedades e das AP, medidas pelos rácios entre as FBCF e os VAB respetivos, atingiram 23,4% e 14,2%, pela mesma ordem.

Gráfico 1 – Taxa de investimento por setor institucional (% do PIB)



Em 2019 o crescimento real do Valor Acrescentado Bruto (VAB) foi estimado em 2,1%

Em 2019, o VAB estimado registou uma variação em volume de 2,1%, que compara com um crescimento de 2,7% em 2018. Para esta desaceleração contribuiu principalmente a *indústria e energia*, com uma variação do VAB de -0,8% (4,5% em 2018). Em sentido contrário, destacam-se as atividades da *construção* e do *comércio, reparação automóvel, correios e transportes*, com uma aceleração significativa, traduzida em crescimentos de 5,1% e 4,5% em 2019, respetivamente (3,7% e 1,9% em 2018, pela mesma ordem). Destacam-se ainda os *serviços de alojamento e restauração e serviços de comunicação e informação*, com crescimentos de 4,8% e 5,5%, respetivamente, em 2019 (5,0% e 5,2% em 2018).

Os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos registaram uma variação nominal de 4,1% face ao ano anterior (5,4% em 2018), refletindo, sobretudo, um aumento da receita com o imposto sobre o valor acrescentado (5,1%) (6,3% em 2018) e a redução na receita do imposto sobre o tabaco, com uma variação de -6,0% (2,1% em 2018).

Quadro 2 – Produto Interno Bruto e principais componentes – ótica da produção

	Valor (10 ⁶ €)		Variação em valor (%)		Variação em volume (%)	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Valor Acrescentado Bruto	177 466	184 531	4,6	4,0	2,7	2,1
Agricultura, silvicultura e pesca	4 179	4 384	1,7	4,9	-1,1	3,4
Indústria e energia	32 135	32 366	5,0	0,7	4,5	-0,8
Construção	7 464	7 948	8,7	6,5	3,7	5,1
Comércio, reparação automóvel, correios e transportes	32 359	33 698	1,8	4,1	1,9	4,5
Alojamento e restauração	10 813	11 557	7,8	6,9	5,0	4,8
Serviços de informação e comunicação	6 248	6 753	5,2	8,1	5,2	5,5
Financeiras e seguros	8 661	8 998	1,8	3,9	2,0	1,1
Imobiliárias	22 210	23 036	4,8	3,7	0,8	1,1
Outros serviços prestados às empresas	14 309	14 891	10,4	4,1	6,6	2,6
Administração pública, saúde e educação	33 919	35 564	3,7	4,8	1,0	1,1
Outros serviços	5 170	5 337	4,4	3,2	1,1	1,4
Impostos líquidos de subsídios aos produtos	27 718	28 862	5,4	4,1	3,8	3,2
Discrepância		- 92				
Produto Interno Bruto	205 184	213 301	4,7	4,0	2,8	2,2

O volume de emprego aumentou 3,1% em 2018

O emprego total, medido em unidades equivalentes a tempo completo (ETC)², cresceu 3,1% em 2018. Para esta variação contribuíram, essencialmente, os ramos do *comércio, reparação automóvel, restauração e alojamento; de serviços prestados às empresas* e a *indústria e energia*, com variações de 4,3%, 4,4% e 3,2%, respetivamente (contributos de 1,0 p.p., 0,5 p.p. e 0,5 p.p., pela mesma ordem). Apenas a *agricultura, silvicultura e pesca*, registou uma redução de emprego face a 2017 (-0,3%). Em 2019 o emprego, medido em número de indivíduos, cresceu 0,8% (2,3% em 2018).

As remunerações aumentaram 4,6% em 2019, desacelerando 1,8 p.p. face a 2018, refletindo o abrandamento do emprego remunerado, medido em número de indivíduos, com uma variação de 1,1% em 2019 (2,4% no ano anterior). As remunerações pagas pelas Sociedades não financeiras (SNF) aumentaram 5,1% em 2019 (8,6% no ano anterior), enquanto as remunerações pagas pelas Administrações Públicas cresceram 4,0% e 3,0% em 2019 e 2018, respetivamente. O total das remunerações recebidas pelas Famílias aumentou 4,6% em 2019, atingindo 96,2 mil milhões de euros.

O Excedente Bruto de Exploração (EBE) das SNF cresceu 2,2% em 2019, menos 1,6 p.p. que o VAB do setor, o que determinou uma diminuição da taxa de margem operacional (rácio entre o excedente de exploração líquido e o valor acrescentado líquido) para 26,6% (27,6% no ano anterior).

² A variável ETC apenas é compilada com a versão final das Contas Nacionais.

Quadro 3 – Emprego, remunerações e produtividade

			Taxas de variação (%)	
	2018	2019	2018	2019
VAB (10⁶ €)				
Preços correntes	177 466	184 531	4,6	4,0
Preços do ano anterior	174 227	181 165	2,7	2,1
Emprego				
Horas (10 ⁶)	9 263	9 374	3,0	1,2
ETC (10 ³)	4 720	-	3,1	-
Indivíduos (10 ³)	4 914	4 952	2,3	0,8
Emprego Remunerado				
Horas (10 ⁶)	7 902	8 010	2,9	1,4
ETC (10 ³)	4 111	-	3,0	-
Indivíduos (10 ³)	4 212	4 258	2,4	1,1
Remunerações (10⁶ €)	91 633	95 859	6,4	4,6
Ordenados e salários (10⁶ €)	71 223	74 640	6,0	4,8
Impostos líquidos de subsídios à produção (10⁶ €)	1 187	1 112		
Excedente/Rendimento misto bruto (10⁶ €)	84 646	87 560	2,4	3,4
Remuneração média anual (€)				
Horas	11,6	12,0	3,4	3,2
ETC	22 289	-	3,3	-
Indivíduos	21 754	22 512	3,9	3,5
Ordenados e salários médios anuais (€)				
Horas	9,0	9,3	3,0	3,4
ETC	17 324	-	2,9	-
Indivíduos	16 908	17 528	3,5	3,7
Varição real da produtividade do trabalho				
Horas			-0,2	0,9
ETC			-0,4	-
Indivíduos			0,4	1,3
Varição dos custos de trabalho por unidade produzida				
Horas			3,7	2,3
ETC			3,7	-
Indivíduos			3,5	2,2

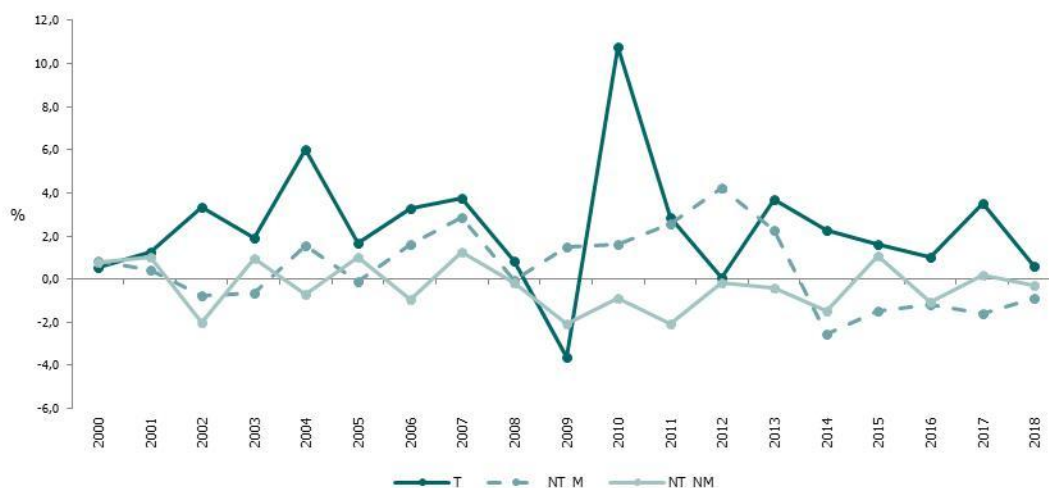
Em 2018 a produtividade diminuiu 0,4% e os custos unitários do trabalho por unidade produzida aumentaram 3,7%

A produtividade do trabalho, avaliada pelo quociente entre VAB em termos reais e o emprego, medido em unidades equivalentes a tempo completo (ETC), diminuiu 0,4% (ver quadro 3). No entanto, como o gráfico 2 ilustra, nos ramos *transacionáveis*³ registou-se um aumento de 0,6% da produtividade, enquanto os ramos *não transacionáveis mercantis* e os ramos *não transacionáveis não mercantis* apresentaram reduções da produtividade (variações de -0,9% e de -0,3%, respetivamente). Com exceção de 2009, os ramos *transacionáveis* apresentaram sempre variações positivas da produtividade.

A variação negativa da produtividade do trabalho conjugada com um aumento da remuneração média (3,3%) traduziu-se num aumento de 3,7% dos custos unitários do trabalho por unidade produzida.

³ Informação adicional sobre a constituição destes agrupamentos pode ser encontrada na página 6 do documento disponível na seguinte ligação: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=149571701&att_display=n&att_download=y

Gráfico 2 - Variação real da produtividade do trabalho



Notas: **T** - ramos de atividade transacionáveis; **NT-M** – ramos de atividade não transacionáveis mercantis; **NT-NM** – ramos de atividade não transacionáveis não mercantis

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentou 4,1% em 2019

Em 2019, o RNB registou uma variação nominal de 4,1%, menos 0,5 p.p. do que no ano anterior, não apresentando um desvio significativo relativamente à evolução do PIB. O saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior atingiu -3,1% do PIB em 2019 (-3,2% em 2018).

Quadro 4 – PIB, RNB e RDB

	PIB nominal		RNB		RDB	
	Valor (10 ⁶ €)	Taxa de variação (%)	Valor (10 ⁶ €)	Taxa de variação (%)	Valor (10 ⁶ €)	Taxa de variação (%)
2005	158 553	4,1	156 447	4,1	156 951	3,4
2006	166 260	4,9	161 538	3,3	162 583	3,6
2007	175 483	5,5	170 442	5,5	171 707	5,6
2008	179 103	2,1	173 095	1,6	174 414	1,6
2009	175 416	-2,1	169 557	-2,0	170 398	-2,3
2010	179 611	2,4	173 896	2,6	174 772	2,6
2011	176 096	-2,0	173 243	-0,4	174 559	-0,1
2012	168 296	-4,4	164 312	-5,2	166 151	-4,8
2013	170 492	1,3	168 213	2,4	170 382	2,5
2014	173 054	1,5	169 513	0,8	172 550	1,3
2015	179 713	3,8	174 892	3,2	178 366	3,4
2016	186 490	3,8	181 960	4,0	185 549	4,0
2017	195 947	5,1	191 348	5,2	195 931	5,6
2018	205 184	4,7	200 173	4,6	204 752	4,5
2019	213 301	4,0	208 373	4,1	213 142	4,1

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentou 4,1% em 2019

O RDB da nação e a Despesa de Consumo Final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registaram taxas de crescimento de 4,1% e 3,3% em 2019, respetivamente, determinando um acréscimo de 7,4% da poupança bruta da economia (6,5% em 2018).

O RDB nominal das Famílias atingiu 142,4 mil milhões de Euros em 2019, o que representa um aumento de 3,8% (4,3% em 2018). As remunerações recebidas explicam 3,1 p.p. da variação positiva do RDB e a melhoria do excedente/rendimento misto contribuiu com 1,1 p.p.. Em 2019, o saldo positivo dos rendimentos de propriedade das famílias registou uma redução de 7,4%, devida principalmente à diminuição de 7,6% dos rendimentos recebidos.

O RDB ajustado⁴ *per capita* fixou-se em 16,2 mil euros em 2019, correspondendo a um crescimento de 3,9% face ao ano anterior.

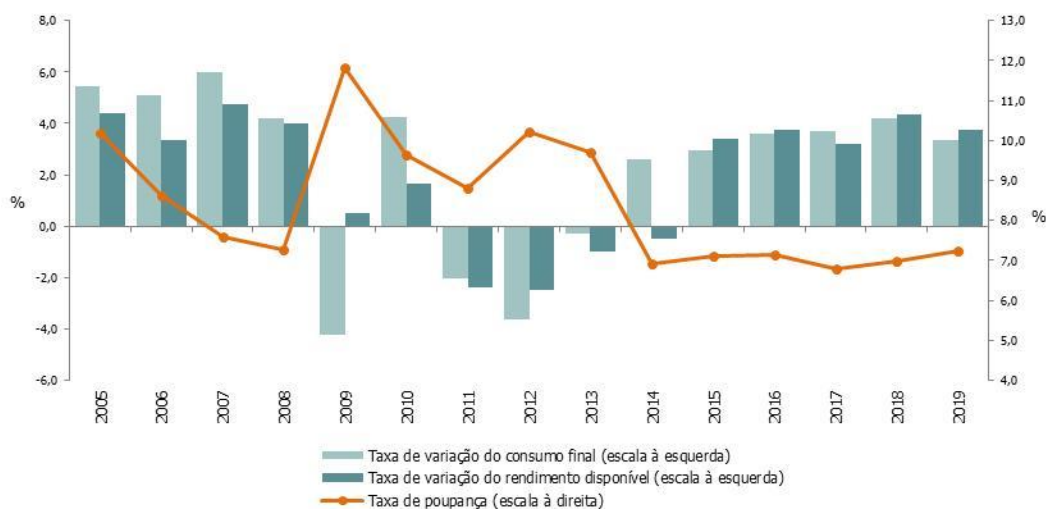
Quadro 5 – Contributos para a variação do RDB das Famílias (p.p.)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2005	3,2	0,7	0,9	0,5	-0,6	0,4	4,4
2006	1,9	0,7	0,1	0,4	0,5	0,4	3,4
2007	3,0	0,7	0,9	0,6	0,3	0,7	4,8
2008	2,2	0,7	1,1	0,6	-0,4	0,3	4,0
2009	-0,1	-0,2	-0,4	1,6	-0,4	0,0	0,5
2010	0,9	0,6	-0,9	0,5	0,5	-0,1	1,7
2011	-2,6	-0,6	0,4	1,0	0,2	0,7	-2,4
2012	-5,0	0,4	0,7	1,5	-0,5	-0,5	-2,5
2013	0,7	0,2	0,2	0,3	0,5	2,9	-1,0
2014	0,2	0,0	-0,1	-0,6	0,1	0,1	-0,5
2015	1,8	0,1	0,6	0,5	0,3	-0,1	3,4
2016	2,3	0,8	0,1	0,0	0,1	-0,5	3,8
2017	3,9	0,7	-1,3	-0,4	0,4	0,1	3,2
2018	4,3	1,1	-0,4	0,0	0,0	0,5	4,3
2019	3,1	1,1	-0,6	0,2	0,2	0,2	3,8

A Despesa de Consumo Final das Famílias aumentou 3,4% em 2019, menos 0,4 p.p. do que a taxa de variação do RDB, o que resultou num aumento de 7,4% na poupança bruta do setor. A taxa de poupança das Famílias situou-se em 7,2% (mais 0,2 p.p. do que no ano anterior).

⁴ O RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são adquiridos pelas AP e ISFLSF, mas consumidos pelas Família.

Gráfico 3 – Taxa de poupança das Famílias



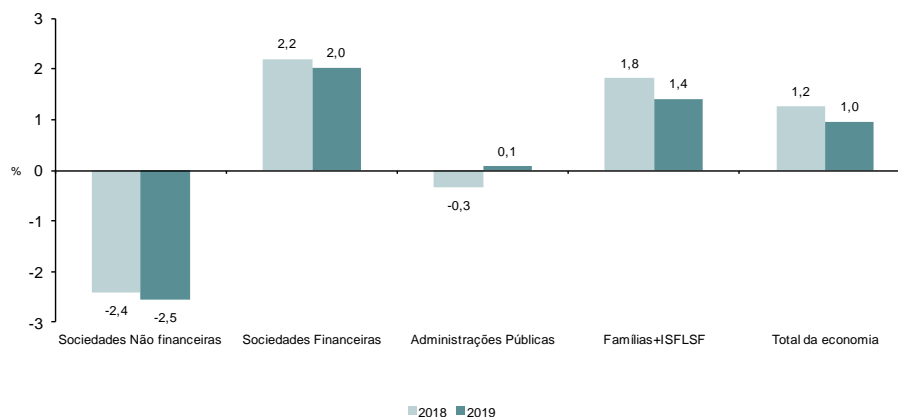
A capacidade de financiamento da economia fixou-se em 1,0% do PIB em 2019

A capacidade de financiamento da economia diminuiu para 1,0% do PIB em 2019 (1,2% em 2018), verificando-se um aumento da Formação Bruta de Capital em 8,0%, superior ao aumento de 7,4% da poupança bruta.

Em 2019, pela primeira vez na atual série de Contas Nacionais iniciada em 1995, as AP registaram um saldo positivo, embora de apenas 0,1% do PIB. Este resultado foi devido essencialmente ao aumento das receitas de contribuições sociais e de impostos sobre a produção e importação (taxas de variação 5,9% e 3,6%, respetivamente).

A capacidade de financiamento dos Particulares⁵ diminuiu 0,4 p.p., para 1,4% do PIB, refletindo o aumento de 10,0% da Formação Bruta de Capital em 2019, superior ao aumento de 7,2% da Poupança. As SNF registaram um agravamento da necessidade de financiamento em 0,1 p.p. do PIB.

Gráfico 4 - Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (% do PIB)



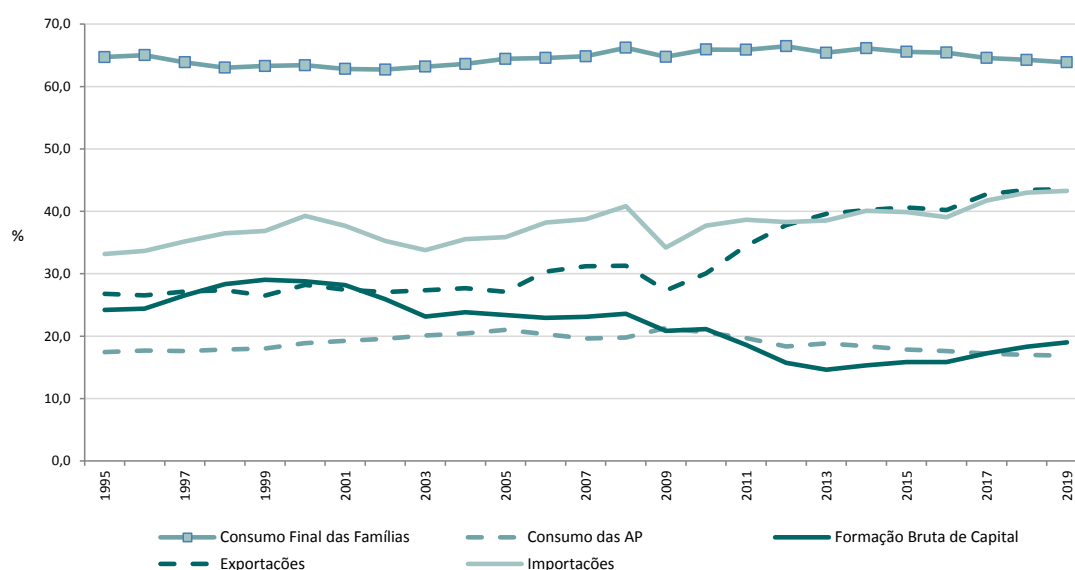
⁵ Corresponde à Despesa de Consumo Final das Famílias e das ISFLSF

II – Principais agregados da economia portuguesa – evolução nos últimos 25 anos

Com a divulgação das Contas Provisórias de 2019, fica disponível uma série consistente de dados anuais de Contas Nacionais para um período de 25 anos (1995-2019) tendo como referência concetual o Sistema de Contas Nacionais e Regionais, SEC 2010.

Neste período, o PIB aumentou 40% em volume de 1995 a 2019, correspondendo a 1,4% de variação média anual, ligeiramente acima do PIB *per capita*, que cresceu 1,3%. Em termos nominais, o crescimento médio do PIB foi 3,7%, sendo o deflator implícito 2,3%.

Gráfico 5 – Composição do PIB 1995-2019 – Ótica da Despesa



O peso das Exportações no PIB aumentou 16,7 p.p., atingindo 43,5% em 2019

A composição do PIB sofreu alterações significativas durante os últimos 25 anos salientando-se o aumento peso das exportações de bens e serviços no PIB em 16,7 p.p. entre 1995 (peso de 26,8%) e 2019, ano em que atingiu o maior rácio da série, 43,5% do PIB. Ambas as componentes (bens e serviços) registaram comportamentos similares, com os primeiros a aumentarem 9,1 p.p. durante o período (de 20,3% para 29,4% em 2019) e os segundos, 7,7 p.p. (de 6,4% em 1995 para 14,1% em 2019). O comportamento das Exportações de bens e serviços foi bastante distinto nos períodos 1995-2005 e 2006-2019. Com efeito, em 2005 representavam 27,1% do PIB, valor apenas 0,3 p.p. superior a uma década atrás, aumentando mais de 16 p.p. no período seguinte, o que corresponde a mais de 1 p.p., em média, ao ano. Foi, todavia, no período 2010 a 2019 que as Exportações registaram o maior aumento em percentagem do PIB, com um crescimento de 13,5 p.p. em 9 anos (de 30,1% para 43,5%).

Nas Importações, o aumento de peso no PIB também foi significativo, embora menos intenso que nas Exportações, traduzindo-se num aumento de 10,1 p.p. na série, refletindo os rácios de 33,1% em 1995 e 43,3% em 2019. O peso da importação de serviços registou um aumento moderado no período (2,4 p.p.), fixando-se em 7,3% no último ano da série, enquanto as importações de bens passaram de 28,2% em 1995 para 35,9% em 2019. O perfil do agregado foi similar ao das Exportações no período de 1995 a 2005, com os rácios do peso no PIB a subirem moderadamente, de

33,1% para 35,9%. Após esta data o aumento do peso das Importações no PIB foi relativamente regular, ainda assim mais intenso no período 2005-2008, em que aumentou 5 p.p., e 2016-2019, com aumento de 4,2 p.p.. No período 2009 a 2015 o rácio manteve-se entre 37,7% e 40,0%.

Assim, em 2019 a economia apresentava um grau de abertura ao exterior significativamente maior que o que evidenciava em 1995.

A Despesa de Consumo Final das Famílias e ISFLSF representou 64,6% do PIB, em termos médios

A Despesa de Consumo das Famílias e ISFLSF constitui a principal componente do PIB, com um peso médio de 64,6% na série e caracterizando-se por uma elevada estabilidade. Com efeito, a diferença entre os valores máximo (66,5%) e mínimo (+62,7%) da série, observados em 2012 e 2002, respetivamente, foi 3,8 p.p.. Em 2019, este agregado representava 63,9% do PIB, -0,8 p.p. que em 1995 e 1,2 p.p. acima do mínimo.

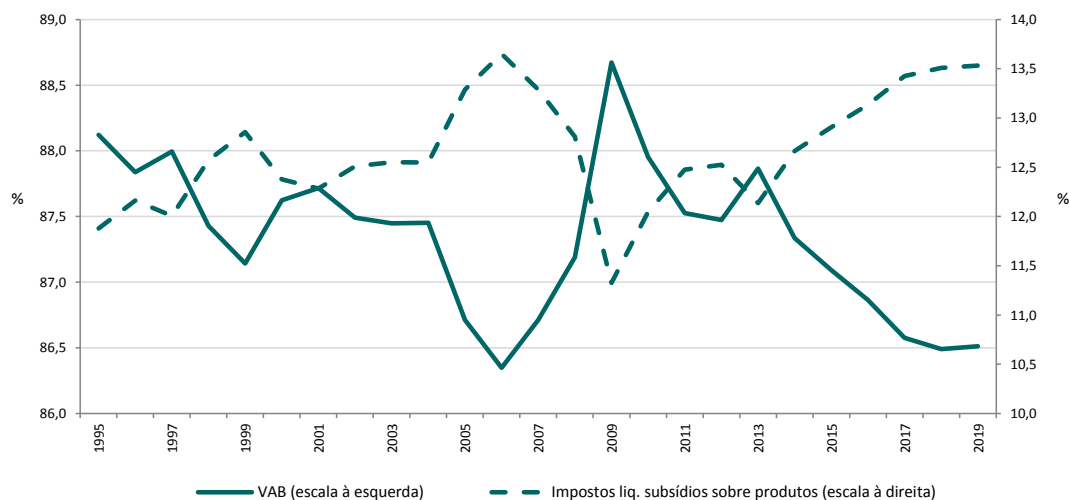
Em 2019 a Despesa de Consumo das AP registou o menor peso no PIB de toda a série (16,9%)

A Despesa de Consumo das AP correspondeu, em média no período, a 18,8% do PIB, registando em 2009 o valor mais elevado (21,3%) e o mais baixo (16,9%) em 2019, o último ano da série. No período 1995-2005 assistiu-se ao crescimento continuado do peso deste agregado no PIB, passando de 17,5% para 21,0%, tendência que se inverteu após 2009. Com efeito, desde 2009, em que o peso foi 21,3%, tem-se assistido à diminuição contínua (exceto 2013) deste rácio, que se reduziu 4,4 p.p. até 2019.

Ao longo da série, o peso da FBC no PIB reduziu-se 5,2 p.p.; a FBCF em habitação passou de 7,3% em 1995 para 3,2% em 2019

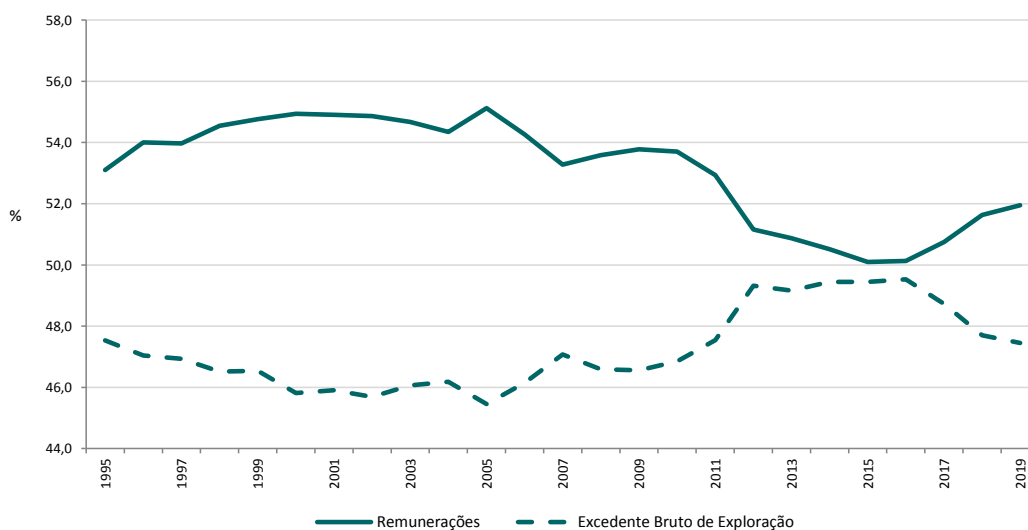
A Formação Bruta de Capital representou no período, em média, 21,9% do PIB, tendo atingido o valor máximo (29,0%) em 1999 e o mínimo (14,6%) em 2013. Entre 1995 e 2019 este rácio reduziu-se 5,2 p.p., fixando-se em 19,0% no último ano da série. Com efeito, após a tendência crescente observada entre 1995 e 1999, o rácio da Formação Bruta de Capital apresentou um perfil descendente até 2013, data em que inverteu essa tendência, recuperando 4,4 p.p. até ao fim do período. A taxa de investimento da economia, sem habitação, medida pelo rácio FBCF sem habitação sobre o PIB, tem um perfil semelhante ao anteriormente descrito, apresentando, contudo, uma redução menos intensa ao longo da série. Com efeito, a taxa inicial de 16,0% reduziu-se apenas 1,0 p.p., para 15,8% em 2019, o que traduz a diminuição do peso da FBCF habitação no PIB em mais de 50% entre 1995 e 2019, anos em que representava 7,3% e 3,2%, respetivamente.

Gráfico 6 – Composição do PIB 1995-2019 – Ótica da produção



Em 2019, o VAB correspondia a 86,5% do PIB e os restantes 13,5% respeitavam aos impostos líquidos de subsídios aos produtos. Entre o primeiro e o último ano da série o peso do VAB diminuiu 1,6 p.p. e o dos impostos líquidos de subsídios aumentou 1,7 p.p.. Com exceção do período entre 2004 e 2010, em que se observaram flutuações significativas em ambos os rácios, verificou-se uma grande estabilidade no peso relativo das duas componentes entre 1995 e 2014, com flutuações inferiores a 1,0 p.p.. Após este último ano, observou-se uma redução continuada do peso do VAB no PIB e conseqüente movimento simétrico nos impostos líquidos de subsídios aos produtos que, em 2019, se aproximam, respetivamente, do valor mínimo (86,3%) e máximo (13,7%) da série, registados em 2006.

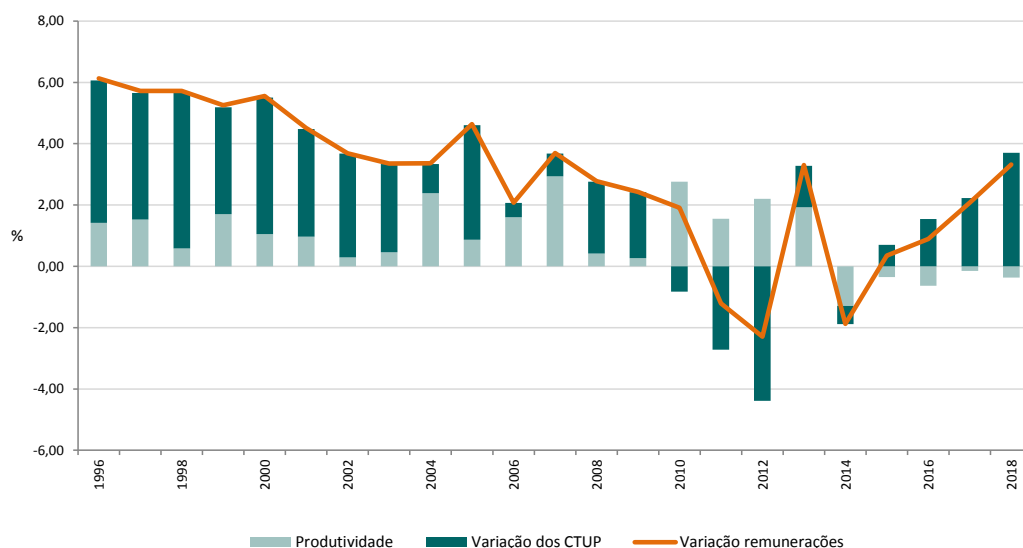
Gráfico 7 – Composição do PIB 1995-2019 – Ótica do Rendimento



Em 2015, o peso das Remunerações no VAB⁶ atingiu o valor mínimo da série (50,1%) e o Excedente Bruto⁷ o máximo (49,4%)

O peso médio das remunerações no VAB foi 53,1% no período em análise, situando-se o excedente em 47,2%, tendo-se observado o respetivo valor máximo (mínimo, para o excedente) em 2005, com 55,1% (45,5% para o excedente). A série disponível apresenta três períodos com tendências distintas: i) de 1995 a 2005 observou-se um aumento continuado do peso das remunerações no VAB, passando de 53,1% para 55,1% (o excedente evoluiu em sentido oposto, reduzindo-se também 2,0 p.p., para os 45,5% já referidos; ii) de 2005 a 2016 verificou-se a tendência inversa, com o rácio das remunerações a diminuir para o valor mínimo da série (50,1%) em 2015, ao contrário do excedente, que se situou em 49,4%; e iii) de 2016 a 2019 o peso das remunerações no VAB voltou a recuperar, aumentando 1,8 p.p., tendo o excedente diminuído 2,1 p.p..

Gráfico 8 – Análise Produtividade e CTUP



A economia portuguesa registou ganhos médios de produtividade de 1,0% ao ano; os custos unitários do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 1,8%

No período 1995 a 2018⁸ os ganhos médios de produtividade da economia portuguesa foram de 1,0% ao ano, refletindo crescimentos médios de 1,3% do VAB e 0,4% do emprego. O período de 2009 a 2013, marcado pela recessão da economia portuguesa, com forte redução do emprego (-13,6%), foi simultaneamente o período em que se verificaram maiores ganhos de produtividade (1,7% em média). Por seu lado, as remunerações *per capita* apresentaram um crescimento médio de 2,8%, sendo o período 1995 a 2014 marcado por variações tendencialmente decrescentes ou mesmo negativas (6,1% no início da série e -1,9% em 2014), situação que se inverteu após esta data,

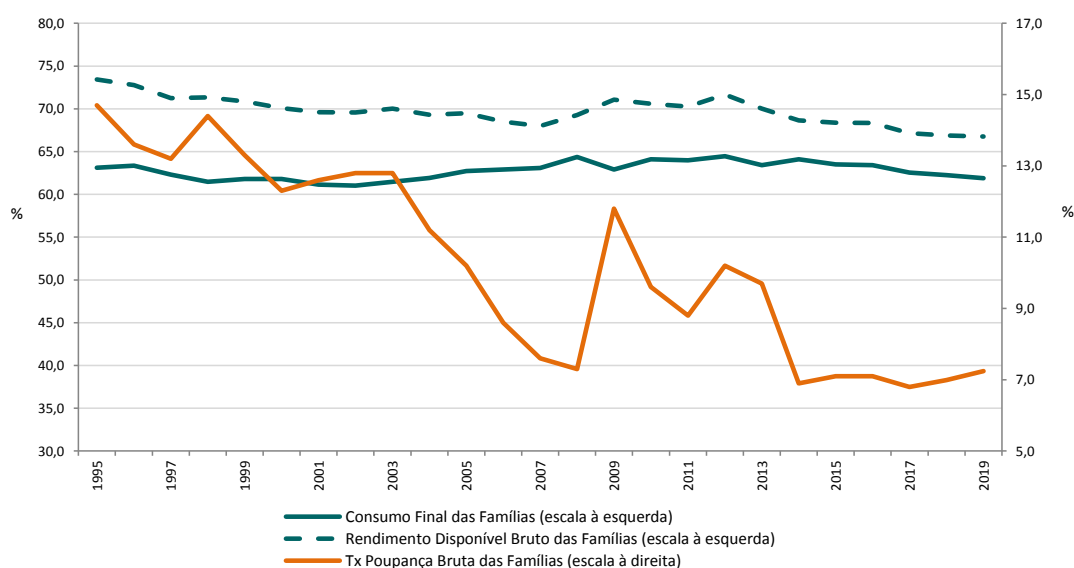
⁶ O cálculo deste rácio tem por base as remunerações pagas, correspondentes ao emprego por conta de outrem. Assim, não é tido em conta qualquer remuneração para o emprego por conta própria. Existem abordagens alternativas que imputam a remuneração média da atividade ao emprego por conta própria, o que conduziria a resultados naturalmente diferentes.

⁷ Inclui o Rendimento Misto

⁸ Uma vez que a variável de emprego utilizada na análise de produtividade é o Equivalente a Tempo Completo, e que esta informação apenas é compilada com as Contas Anuais Finais, disponíveis até 2018, a análise aqui produzida termina em 2018 e não 2019.

com um crescimento de 3,3% em 2018. A variação média das remunerações foi superior aos ganhos de produtividade, o que se traduziu num aumento médio de 1,8% dos custos unitários do trabalho por unidade produzida. Ao longo da série identificam-se três períodos com comportamentos distintos: i) de 1996 a 2009, os CTUP apresentaram sempre variações positivas e de intensidade expressiva (entre 2,2% e 5,1%) exceto em 2004, 2006 e 2007, com crescimentos mais moderados; ii) entre 2010 e 2015 registaram-se variações negativas ou muito moderadas; iii) após 2015 verificou-se um aumento dos CTUP, traduzindo quer o aumento das remunerações quer, em menor grau, a diminuição da produtividade.

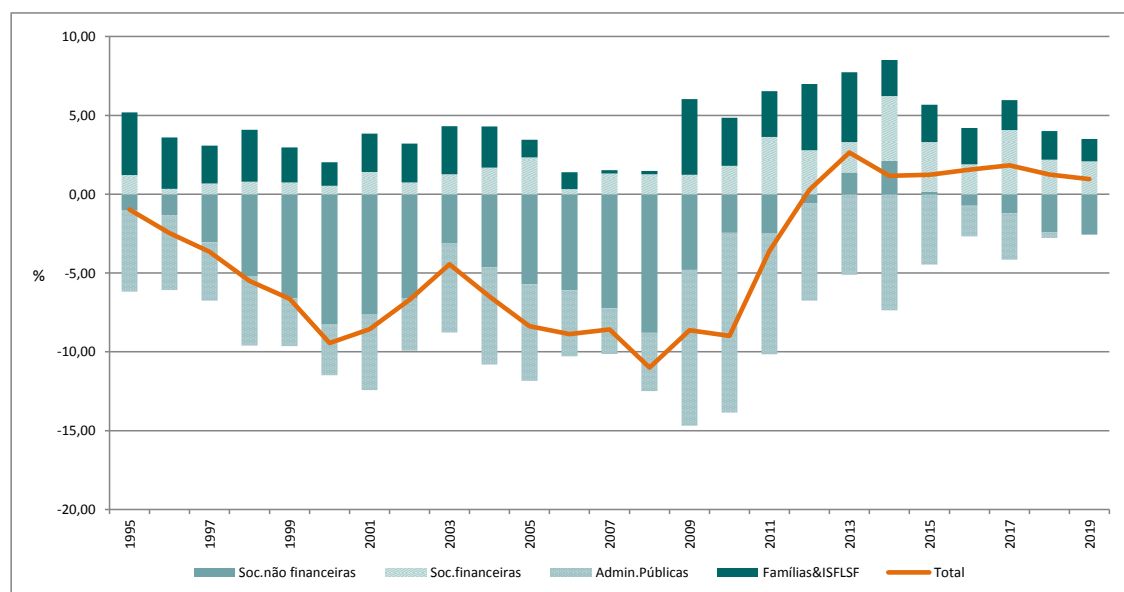
Gráfico 9 – Taxa de poupança das famílias



A taxa de poupança das famílias diminuiu significativamente ao longo da série

A taxa média de poupança das famílias no período foi 10,3%, tendo-se reduzido em mais de metade entre o primeiro e o último ano da série, com 14,7% e 7,2%, respetivamente. No período 1995-2008 assistiu-se a uma diminuição continuada da taxa de poupança das famílias, que passou de 14,7% para 7,3%. Este resultado foi determinado pelo crescimento médio da despesa de consumo das famílias (5,7%) superior ao respetivo rendimento disponível bruto (5,0%). Entre 2008 e 2013 assistiu-se ao aumento da taxa de poupança, que passou de 7,3% para 9,7% no último ano, depois de atingir 11,8% em 2009. A partir de 2014 observou-se uma estabilização deste indicador em torno dos 7%.

Gráfico 10 – Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (% do PIB)



Ao contrário dos 17 primeiros anos da série, desde 2012 a economia portuguesa registou capacidade de financiamento

Nos primeiros 17 anos da série disponível, a economia portuguesa apresentou necessidade de financiamento equivalente a 6,6% do PIB, em média. Nos 8 anos seguintes (2012 a 2019) registou capacidade de financiamento de, em média, 1,4% do PIB. Em 2008 observou-se a necessidade de financiamento mais intensa (11,0%), valor não muito distante dos verificados em 2000 (9,4%), 2010 (9,0%) e 2007 e 2009 (8,6%). As Administrações Públicas apresentaram a maior necessidade de financiamento na série, correspondendo a 4,7% do PIB, em média. As sociedades não financeiras apresentaram a segunda maior necessidade de financiamento, equivalente a 3,7% do PIB, em média. As famílias (inclui as ISFLSF) e as sociedades financeiras apresentaram capacidade de financiamento de 2,4% e 1,7% do PIB.

Até 2008 a necessidade de financiamento da economia portuguesa deveu-se em grande medida ao desempenho das Sociedades Não Financeiras, cuja necessidade de financiamento foi, em média, 5,4% do PIB, passando de 1,0% em 1995 para 8,8% em 2008 (8,3% em 2000). Em menor grau situou-se a necessidade de financiamento das Administrações Públicas, cujo rácio no período foi, em média, 4,4% do PIB. Após 2008 verificou-se uma melhoria na situação da economia portuguesa face ao exterior, mais intensamente após 2010, o que se ficou a dever, numa primeira fase, à redução da necessidade de financiamento das sociedades não financeiras, de 8,8% em 2008 para 0,6% em 2012 e, numa segunda fase, das Administrações Públicas, cuja necessidade de financiamento se reduziu de 9,9% em 2009 para 5,1% em 2013, atingindo capacidade de financiamento pela primeira vez na série em 2019 (0,1% do PIB).

III - Revisões

a) PIB na ótica da despesa

Os resultados agora divulgados traduzem uma revisão do PIB em +0,4% (0,2 p.p. em volume e 0,2 p.p. no deflator) em 2018. Em consequência, o valor do PIB para 2019 é também revisto em alta, mantendo-se inalterada a taxa de variação em volume (2,2%) e sendo revista em 0,1 p.p. a variação em valor, para 4,0%.

Quadro 6 – Revisões do PIB e principais componentes – ótica da despesa

	Revisão (Valor 10 ⁶ €)		Revisão taxa variação em valor		Revisão taxa variação em volume	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF	- 28	91	0,0	0,0	-0,2	0,2
Despesa de consumo final das AP	252	124	0,1	-0,4	0,0	-0,4
Formação bruta de capital	554	375	0,3	-0,6	0,3	-1,2
Exportações de bens e serviços	- 149	- 300	-0,1	-0,2	-0,1	-0,2
Importações de bens e serviços	- 251	- 691	-0,1	-0,5	-0,3	-0,6
Produto Interno Bruto a preços de mercado	879	980	0,4	0,1	0,2	0,0

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas

Como se pode observar no quadro anterior, as principais revisões em 2018 ocorreram na Despesa de Consumo Final das Administrações Públicas (+252 milhões de euros), nas Importações (-251 milhões de euros) e na Variação de Existências (cerca de 470 milhões de euros). No primeiro caso, a revisão concentrou-se nos domínios da Saúde e da Administração local, cuja informação de base reportada ao INE foi revista; no segundo caso traduz a alteração do registo da componente estimada relativa ao comércio eletrónico de bens; no terceiro caso, os resultados refletem fundamentalmente a apropriação da IES para a compilação das Contas Anuais, estando em grande medida associada à constituição de existências por empresas recém criadas.

Em 2019, a taxa de variação em valor foi revista 0,1 p.p., para 4,0%, mantendo-se inalterada a variação real do PIB (2,2%). Contudo, verificaram-se revisões nas componentes, sendo o Investimento a variável que apresentou maior alteração, com as taxas de variação revistas em -1,2 p.p. em volume e -0,6 p.p. em valor, seguido das Importações (revisão de -0,6 p.p. em volume e -0,5 p.p. em valor). O Consumo Final das Administrações Públicas também foi revisto em baixa (-0,4 p.p. em volume e em valor), fundamentalmente em resultado da revisão em alta observada em 2018, Despesa de Consumo Final das Famílias, foi o único agregado revisto em alta (0,2 p.p. em volume e 0,1 p.p. em valor).

b) PIB na ótica da produção

O VAB foi revisto, quer em valor quer volume, em 0,4 p.p. e 0,1 p.p. em 2018 e 2019, respetivamente.

Em 2018, as maiores revisões na taxa de variação nominal verificaram-se nos *outros serviços prestados às empresas* (+4,1 p.p.), a *indústria* e o *alojamento e restauração* (+1,4 p.p. cada). Em volume, as revisões foram, pela mesma ordem, 1,7 p.p., 2,0 p.p. e 1,9 p.p.. A *agricultura, silvicultura e pesca* e o *comércio, reparação automóvel, correio e transportes* foram revistos em baixa, em 0,2 p.p. e 2,2 p.p., em valor, e 0,4 p.p. e 1,5 p.p. em volume.

Em 2019, as revisões em alta mais intensas observaram-se no *alojamento e restauração* (+3,6 p.p. e 3,1 p.p. em valor e volume, respetivamente) e nos *serviços de informação e comunicação* (+3,1 p.p. em valor e +2,4 p.p. em volume). A *construção* apresentou a maior revisão em baixa, com -4,1 p.p. em valor e -1,7% em volume.

Quadro 7 – Revisões do PIB e principais componentes – ótica da produção

	Revisão (Valor 10 ⁶ €)		Revisão taxa variação (valor)		Revisão taxa variação (volume)	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Valor Acrescentado Bruto	761	929	0,4	0,1	0,4	0,1
Agricultura, silvicultura e pesca	- 6	- 9	-0,2	-0,1	-0,4	-0,3
Indústria e energia	418	493	1,4	0,2	2,0	-0,1
Construção	21	- 284	0,3	-4,1	-0,6	-1,7
Comércio, reparação automóvel e transportes	- 715	- 750	-2,2	0,0	-1,5	0,7
Alojamento e restauração	143	533	1,4	3,6	1,9	3,1
Serviços de informação e comunicação	50	244	0,9	3,1	1,1	2,4
Financeiras e seguros	18	- 131	0,2	-1,7	0,3	-1,9
Imobiliárias	92	- 157	0,4	-1,2	0,7	-0,5
Outros serviços prestados às empresas	533	564	4,1	0,1	1,7	0,1
Administração pública, saúde e educação	162	365	0,5	0,5	0,0	0,0
Outros serviços	45	62	0,9	0,3	-0,6	0,1
Impostos líquidos de subsídios aos produtos	- 39	7	-0,1	0,1	-0,6	-0,2
Discrepância	158	44				
Produto Interno Bruto	879	980	0,4	0,1	0,2	0,0

c) Rendimento, poupança e financiamento

O quadro seguinte apresenta os principais resultados obtidos com as contas finais de 2018 e provisórias de 2019, bem como os resultados da versão anterior, em itálico, publicada a 24 de Junho. Em 2018, o RNB, o RDB e a Poupança Bruta apresentaram revisões em alta com algum significado, em grande medida decorrentes da própria revisão nominal do PIB. Contudo, a capacidade/Necessidade de Financiamento da economia manteve-se inalterada, em 1,2% do PIB. Em 2019 as revisões foram muito pouco significativas na generalidade dos principais saldos, rondando 0,1 p.p.. Contudo, a revisão em alta da Poupança Bruta superou a da FBC, o que se traduziu na melhoria da capacidade de financiamento da economia em 0,2 p.p., para 1,0% do PIB.

Quadro 8 – Rendimento, poupança e financiamento

	2018	2019
RNB (taxa de variação)	4,6	4,1
<i>resultados anteriores</i>	<i>4,1</i>	<i>4,0</i>
RDB (taxa de variação)	4,5	4,1
<i>resultados anteriores</i>	<i>4,1</i>	<i>4,0</i>
Poupança Bruta (taxa de variação)	6,5	7,4
<i>resultados anteriores</i>	<i>4,7</i>	<i>6,9</i>
Taxa de Poupança dos Particulares (% do RDB)	6,8	7,0
<i>resultados anteriores</i>	<i>6,7</i>	<i>6,8</i>
Rendimento Disponível dos Particulares (taxa de variação)	4,3	3,7
<i>resultados anteriores</i>	<i>4,4</i>	<i>3,3</i>
Capacidade/Necessidade de Financiamento em % do PIB:	1,2	1,0
<i>resultados anteriores</i>	<i>1,2</i>	<i>0,8</i>

d) Reconciliação das contas trimestrais como os novos resultados anuais de 2018 e 2019

Como habitualmente, a nova informação anual é incorporada nas Contas Nacionais Trimestrais, determinando a revisão dos resultados para o novo ano disponível e para os trimestres subsequentes.

Em termos trimestrais, não se verificaram alterações com expressão no perfil temporal do comportamento das taxas de variação em volume do PIB anteriormente publicadas, como pode ser observado no quadro seguinte.

Quadro 9 – Revisão das taxas de variação homóloga do PIB trimestral, em termos reais

	1ºT 18	2ºT 18	3ºT 18	4ºT 18	1ºT 19	2ºT 19	3ºT 19	4ºT 19	1ºT 20	2ºT 20
CNT 2ºT 2020 (85 dias)	2,8	3,1	2,9	2,5	2,5	2,2	2,0	2,3	-2,3	-16,3
CNT 2ºT 2020 (60 dias)	2,6	2,9	2,7	2,3	2,4	2,1	1,9	2,2	-2,3	-16,3
Revisão	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0